

A equipe técnica do Plano Metropolitano realizou uma pesquisa junto a gestores dos 34 municípios da RMBH para mapear as centralidades na região, ou seja, os locais com maior concentração de atividades (econômicas, sociais, culturais, etc.). O mapeamento é um dos principais subsídios para o planejamento integrado, principalmente no que se refere ao uso do solo, dinâmica imobiliária e investimentos em infraestrutura sob todos os aspectos. A pesquisa mapeou quatro níveis de centralidades que afetam e regem a vida dos cidadãos metropolitanos, por meio de entrevistas nas quais foram citados vínculos mais fortes e mais fracos com Belo Horizonte e com outros centros em municípios vizinhos.

Rogério Palhares, coordenador do estudo, explica que as centralidades impactam o cotidiano dos cidadãos na medida em que os obriga a deslocar dos locais onde moram em busca de trabalho, comércio e serviços para satisfazer suas necessidades básicas e também mais eventuais. “Na metrópole, as relações de interdependência entre as centralidades se dá de forma mais complexa e, em casos como o de Belo Horizonte que é marcada por uma estrutura urbana muito baseada num único centro principal, obriga os cidadãos a deslocamentos penosos e restringindo a poucos o direito a uma vida urbana plena”, salienta.

Os resultados da pesquisa com os gestores municipais mostram, além do Centro Metropolitano de Belo Horizonte, a existência de centros regionais de primeiro nível, com grande poder de atratividade como a região do Eldorado, em Contagem, ou a sede de Sete Lagoas, que não pertence à RMBH, mas está no Colar Metropolitano formado pelos 14 municípios que fazem fronteira com a RMBH. Além destes, numa escala menor, há centros regionais de segundo nível que também cumprem muitas funções e exercem atratividade para uma região que extrapola os limites do município, como os centros localizados no Barreiro, Venda Nova, Betim, Pedro Leopoldo e as regiões de São Benedito, em Santa Luzia, e Seis Pistas (vale do Sereno), em Nova Lima.

Estes dois níveis de centralidades refletem a atuação de fatores econômicos na concentração de atividades. “Quando a localização da infra-estrutura, dos equipamentos e das atividades é função apenas das relações capitalistas, o resultado é uma distribuição espacial desigual entre locais de moradia e demandas por trabalho, comércio e serviços que vão ocupar lugares mais centrais ou mais periféricos apenas em função das leis de mercado. Os economistas falam em externalidades e deseconomias ao se referir aos impactos negativos de centralidades hiperconcentradas com problemas de falta de infra-estrutura, congestionamentos e poluição. Para o cidadão isto se traduz em perda de qualidade de vida, falta de acesso aos serviços básicos e dificuldade de se identificar como parte da metrópole”, explica Palhares.

Há também centralidades de pouca expressão econômica, mas de grande valor simbólico devido à forma como os cidadãos de cada lugar se identificam. Esses lugares podem corresponder a sedes municipais como Baldim e Esmeraldas ou a uma vila, um povoado ou mesmo um conjunto de bairros. Lagoa dos Mares (Confins), Dr. Lund (Pedro Leopoldo) ou Morro Alto (Vespasiano) são centralidades locais reconhecidas como lugares diferenciados no território metropolitano, impregnados de história, vida cotidiana e vínculos afetivos.

O mapeamento também é um indicador de liberdade e cidadania ao identificar a capacidade de se deslocar e acessar bens e serviços. “Se moramos e trabalhamos mais próximo de centros que atendem pelo menos nossas necessidades básicas, vivemos melhor e podemos gastar mais tempo, por exemplo, com o lazer”, comenta. Ao analisar a constância e a origem/destino dos cidadãos metropolitanos, fica claro como as áreas mais periféricas ainda são muito dependentes de poucos centros mais complexos, que continuam a atrair a maior parte dos investimentos, agravando as desigualdades que já são colocadas pelo mercado.

O estudo contribuirá para o planejamento voltado para a diminuição das desigualdades, podendo tanto incentivar a criação de novas centralidades ou o reforço sustentável dos centros já existentes. Mas Palhares ressalta que o surgimento de novas centralidades, capazes de alterar a configuração das existentes, depende de muitos fatores como investimentos pesados em infra-estrutura, que normalmente são decisões pautadas por interesses econômicos e acabam por agravar a situação de exclusão.

Já centralidades existentes, podem ser reforçadas, principalmente as locais, com a localização estratégica de equipamentos públicos (escolas, creches, policlínicas, etc.) e investimentos na melhoria dos acessos e espaços públicos (ruas, praças e parques). “Esse processo requer, muitas vezes, que prioridades sejam muitas vezes invertidas. Este é o papel do Planejamento Metropolitano, mas depende muito da participação das comunidades e dos governos locais”, observa.